



DO HOMICÍDIO AO FEMINICÍDIO: A REVITIMIZAÇÃO

Bruna Muller
Eucléia Gonçalves

Resumo

A persistência e a gravidade da violência contra a mulher no Brasil são agravadas pela violência institucional manifestada na atuação do Estado. Parte-se do princípio de que, devido à estrutura patriarcal que molda a sociedade e ao histórico de silenciamento das mulheres, o Judiciário tende a reproduzir desigualdades sociais, raciais e econômicas em sua prática. Essa atuação institucional é inadequada, pois se concentra predominantemente em medidas punitivas, negligenciando a implementação de políticas eficazes de prevenção e proteção integral, perpetuando a violência estrutural e naturalizando práticas que vitimizam mulheres. A partir desse cenário, muito além da criação de políticas públicas, protocolos e diretrizes, faz-se necessário estudar e questionar as estruturas de poder e as práticas judiciais diante das questões de gênero, bem como evidenciar os retrocessos que ainda se manifestam, mesmo após inúmeros avanços sociais e normativos nos últimos trinta anos, a fim de superá-los. Nessa perspectiva, o presente estudo recaiu acerca da análise da atuação do Poder Judiciário – Comarca de Pato Branco/PR – em dois momentos distintos da história das mulheres, a partir de processos de homicídio de mulheres e feminicídio, com o objetivo de comparar as práticas adotadas antes das lutas e avanços nos direitos das mulheres e a atuação jurídica atual, buscando identificar mudanças e permanências da violência institucional, social e moral contra as mulheres que acaba por precarizar o alcance à igualdade de gênero. Os estudos foram conduzidos a partir da perspectiva interseccional e decolonial, isso porque, tais ferramentas de análise oferecem um referencial robusto para compreender como o legado colonial e a sobreposição de opressões criam um cenário de vulnerabilidade extrema. A partir desse contexto, foi possível verificar que a violência institucional é perpetuada e se mantém através de mecanismos específicos, como a revitimização e a invisibilidade do perfil da vítima, visto que a prioridade do sistema se concentra na coleta de números e estatísticas, que na prática ainda reproduz padrões discriminatórios. Ao comparar os dois momentos da história, por meio da análise de três processos criminais de homicídio de mulheres de 1974, 1985 e 1998 com outros três de feminicídio de 2018, 2019 e 2020, revelou-se uma permanência estrutural onde a vítima era/é frequentemente apagada ou desqualificada moralmente nos autos. Discursos de testemunhas e operadores do direito, nos dois períodos históricos, frequentemente revitimizavam as mulheres, com o sistema criminal reforçando as relações de dominação do homem sobre a mulher, ainda que de forma maquiada. Tais práticas excludentes demonstram que o julgamento continua a desconsiderar a humanidade das vítimas e a reforçar as desigualdades, silenciando e retirando a identidade das mulheres vitimadas.

Palavras-chave: gênero; feminicídio; judiciário.